



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.382-9

APELANTE: LEANDRO JOSÉ DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA SUBSTITUTA: DALVA CABRAL DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - CONDENAÇÃO PELO ART. 33, CAPUT DA LEI Nº 11.343/06 - AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS COMPROVADAS - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL - IMPOSSIBILIDADE - EXACERBAÇÃO DA PENA APLICADA - FIXAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL - RECONHECIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º DA LEI Nº 11.343/06 - SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. 1. A autoria e materialidade delitivas restaram comprovadas pelo auto de apresentação e apreensão, pelo Laudo Preliminar, pelo Laudo Pericial e pelos depoimentos das testemunhas, que foram contundentes quanto à ocorrência do ilícito; 2. O reconhecimento da autoria e materialidade do crime de tráfico de drogas prejudica o pleito de desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006; 3. Face à aferição equivocada das circunstâncias judiciais, que se mostraram favoráveis ao apelante, sem olvidar da natureza e da quantidade da substância entorpecente apreendida, o redimensionamento da pena base para o mínimo legal é medida que se impõe; 4. Deve incidir a previsão do art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/06, pois não restou demonstrado que o apelante se dedica a atividades criminosas ou integra organização criminosa, sendo ele, inclusive, tecnicamente primário. Saliente-se que a minorante não pode ser afastada em virtude de inquéritos policiais e processos penais em andamento, sob pena de malferir o princípio constitucional da presunção de inocência; 5. Em razão do preenchimento dos requisitos previstos no art. 44 do CP, deve ser concedida a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por duas restritivas de direitos, definidas pelo Juízo das Execuções Penais; 6. Recurso parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal nº 320.382-9 da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que figuram como partes as acima



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, prover parcialmente o presente recurso, tudo consoante consta do relatório, voto e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, _____ de _____ de _____.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.382-9
APELANTE: LEANDRO JOSÉ DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
PROCURADORA DE JUSTIÇA SUBSTITUTA: DALVA CABRAL DE OLIVEIRA NETA

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por Leandro José da Silva contra sentença prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o condenou a 07 (sete) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e a 550 (quinhentos e cinquenta) dias multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, em virtude da prática do delito previsto no art. 33, caput da Lei nº 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes).

Narra a denúncia que (fls. 02-A):

(...) em 07.06.2012, por volta das 19h, o Denunciado, em comunhão de designios e ações com um companheiro ainda não identificado, **estava em atividade de traficância, transportando consigo 07 (sete) papérolas de entorpecente conhecido por maconha**, no bairro de Vila Rica, nesta cidade.

(...)

Também foi apreendida a quantia de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais) em poder do Denunciado

Às fls. 222/228, o apelante apresenta as suas razões sustentando, preliminarmente, o direito de recorrer em liberdade. Quanto ao mérito, defende a sua absolvição, por entender que as provas coligidas não são aptas para embasar um provimento condenatório. Subsidiariamente, pleiteia a desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/06.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Caso seja mantida a condenação por tráfico de drogas, requer a aplicação, na fração máxima, da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/06, vislumbrando, ainda, a possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

Contrarrazões apresentadas pelo Órgão Ministerial pugnando pela manutenção *in totum* da sentença vergastada (fls. 233/235).

A Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento parcial do recurso, a fim de redimensionar a pena base, mantendo-se os demais termos da sentença vergastada (fls. 251/256).

À douta revisão.

Recife, 05 de fevereiro de 2014.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.382-9

APELANTE: LEANDRO JOSÉ DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA SUBSTITUTA: DALVA CABRAL DE OLIVEIRA NETA

VOTO

Como explicitado no relatório, o apelante apresentou as suas razões recursais sustentando, preliminarmente, o direito de recorrer em liberdade. Quanto ao mérito, defende a necessidade de obter-se um provimento absolutório, por considerar que as provas coligidas aos autos não são aptas para embasar a condenação. Subsidiariamente, pleiteia a desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/06.

Na hipótese de manutenção da condenação por tráfico de drogas, requer a aplicação, na fração máxima, da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/06, vislumbrando, ainda, a possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

Inicialmente, entendo que não há como conceder o direito de recorrer em liberdade ao apelante, eis que fora preso em flagrante e se manteve encarcerado durante toda a instrução criminal, além de ter sido condenado pelo delito de tráfico de drogas. Ademais, a segregação cautelar também fora mantida por esta Corte durante o julgamento do *Habeas Corpus* nº 279.761-9.

Pois bem.

Embora o apelante negue em seu interrogatório ter praticado o delito em comento, sustentando ser um mero usuário de drogas, relatos noticiados no inquérito corroborados com as provas dos autos atestam a autoria e materialidade, não restando dúvida quanto a sua responsabilidade delitiva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Desde a fase inquisitiva até o término da instrução criminal, uma série de elementos foram colhidos em desfavor do apelante. Apreciando as declarações prestadas em Juízo, verifico não haver discrepância entre a decisão condenatória e o fato típico descrito na denúncia.

As testemunhas Edinerson Oliveira Moraes Cardoso, Wagner Aguiar de Souza e Tatiane Cibele da Silva, durante a instrução criminal (fls. 112/116; audiência gravada em mídia), foram uníssonas em assegurar que durante uma ronda na localidade de Vila Rica, situada na comarca de Jaboatão dos Guararapes, avistaram duas pessoas numa moto, ocasião na qual determinaram a parada do veículo.

Ato contínuo, o apelante acelerou a moto objetivando evadir-se, entretanto, após entrar numa via bloqueada, abandonou o veículo e empreendeu fuga a pé. Os policiais foram ao encalço do apelante e conseguiram prendê-lo, oportunidade na qual constatarem o transporte de sete papелotes da substância entorpecente maconha e a quantia de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais).

Relataram, ainda, que a localidade na qual o apelante fora preso é reconhecidamente ponto de tráfico de drogas.

Assim, as declarações das testemunhas arroladas pelo *parquet* guardam consonância com as demais provas e, conseqüentemente, robustecem a tese levantada pela acusação.

Saliente-se que as declarações de policiais, sobretudo, quando prestadas em Juízo, sob a garantia do contraditório, revestem-se de inquestionável eficácia probatória, sendo idôneos para fundamentar o provimento condenatório.

Por oportuno, registro que a materialidade delitiva também restou sobejamente provada nos autos, destacando-se o Auto de Prisão em Flagrante Delito (fls. 22/25), o Auto de Apresentação e Apreensão (fl. 30), o Laudo Preliminar (fl. 38) e o Laudo Pericial (fl. 175).

Destarte, ante o reconhecimento da autoria e materialidade do crime de tráfico de drogas, resta prejudicado o pleito de desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 (posse de drogas para consumo pessoal).

235
28



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Lado outro, entendo que a reprimenda aplicada merece ser redimensionada.

Compulsando os autos, verifico que a culpabilidade, a conduta social, a personalidade, os motivos e as consequências do crime foram considerados desfavoráveis ao apelante. Todavia, os argumentos utilizados para valorar negativamente as referidas circunstâncias judiciais não são hábeis para tanto, uma vez que a sentença não promoveu a necessária especificação, estando expostas de maneira genérica.

De mais a mais, a substância entorpecente apreendida não possui um alto grau de nocividade, além disso, a quantidade também não pode ser considerada elevada, eis que perfazia 17,885g (dezesete gramas, oitocentos e oitenta e cinco miligramas) de maconha.

Do exposto, aliado ao fato de que as circunstâncias judiciais não foram desabonadoras ao apelante, entendo que a pena base deve ser fixada no mínimo legal, a saber, em 05 (cinco) anos de reclusão.

Relativamente à pena de multa, considerando a reavaliação das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, deve ser reduzida para 500 (quinhentos) dias multa, mantendo-se o valor unitário em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

Na segunda fase da dosimetria penal, inexistem atenuantes ou agravantes a serem valoradas.

Todavia, na terceira fase, entendo que deve incidir a causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/06, pois não restou demonstrado que o apelante se dedica a atividades criminosas ou integra organização criminosa, sendo ele, inclusive, tecnicamente primário.

A minorante não pode ser afastada em virtude de inquéritos policiais e processos penais em andamento, sob pena de malferir o princípio constitucional da presunção de inocência.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Assim, com a incidência do art. 33, § 4º da lei nº 11.343/06, deve a reprimenda ser reduzida em 2/3 (dois terços), perfazendo o total definitivo de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicialmente aberto, ante a inexistência de outras causas de diminuição ou de aumento de pena.

Logo, ao aplicar o mesmo percentual na pena de multa, resta estabelecida definitivamente em 166 (cento e sessenta e seis) dias multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

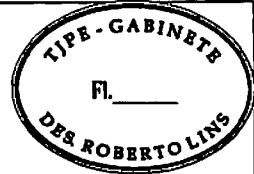
Preenchidos os requisitos do art. 44 do Código Penal, a pena privativa de liberdade aplicada deve ser substituída por duas restritivas de direitos, definidas pelo Juízo das Execuções Penais (art. 44, § 2º do CP).

Diante de tais considerações, voto no sentido de conceder parcial provimento ao recurso apelatório a fim de redimensionar a pena base para 05 (cinco) anos de reclusão e, em razão da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/06, fixar a sanção definitivamente em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime aberto, assim como para redimensionar a condenação à pena de multa para 166 (cento e sessenta e seis) dias multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

Outrossim, por estarem presentes os requisitos do art. 44 do CP, voto a fim de substituir a pena privativa de liberdade aplicada por duas restritivas de direitos, definidas pelo Juízo das Execuções Penais.

Recife, de de .

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



279

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0320382-9 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

Apelante(s): Leandro Jose da Silva
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Drª Dalva Cabral de Oliveira Neta
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Conforme relatado, cuida-se de recurso de apelação interposto por Leandro Jose da Silva contra sentença proferida pelo MM. Juiz da 3ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE, que o condenou pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, ao cumprimento de uma pena de 07 (sete) anos de reclusão e ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa.

O apelante pugna, preliminarmente, pela revogação da prisão preventiva e defende a sua absolvição, por entender que as provas coligidas não são aptas para embasar um provimento condenatório. Subsidiariamente, pleiteia a desclassificação para o delito previsto no art. 28, da Lei 11.343/06 ou a aplicação da causa especial de redução de pena em razão das condições pessoais a ele favoráveis.

Pois bem.

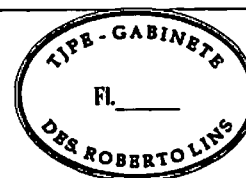
De início, ressaltando que a questão relativa à revogação da medida preventiva não tem natureza de preliminar, entendo que se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, mormente considerando que o apelante permaneceu preso durante toda a instrução e responde a outro processo crime, o que demonstra a necessidade de garantir a ordem pública.

Outrossim, a materialidade do delito está comprovada pelo auto de apresentação e apreensão (fl. 30), e pelo laudo da perícia físico-química (fls. 173/176), assim como a autoria, pelo auto de prisão em flagrante (fls. 22/25), bem como pelas provas testemunhais produzidas.

Ao contrário do que alega a defesa, as provas dos autos são mais do que suficientes para configurar o tráfico ilícito de entorpecentes. Os delitos ligados a tóxicos são crimes praticados de modo clandestino, pelo que especial atenção e valor devem ser conferidos à prova indireta colhida, principalmente se harmonizada com o contexto da instrução.

Consta dos autos que o acusado foi flagrado pelos policiais na posse de sete papérolas de maconha, contendo 17,885g da substância, além de R\$ 52,00, distribuídos em notas de 2 (dois), 5 (cinco), 10 (dez) e 20 (vinte) reais.

Os elementos de prova são firmes, mormente os depoimentos testemunhais colhidos na instrução do feito, não podendo haver absolvição ou



290

APelação CRIMINAL Nº 0320382-9 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO
DOS GUARARAPES-PE

desclassificação para o crime constante no art. 28 da Lei 11.343/2006, pois a conduta revela o intuito da difusão ilícita de entorpecentes.

Cumpra observar que, segundo o entendimento predominante na jurisprudência, para a configuração do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, basta a presença de elementos que o caracterizem, não sendo necessária a existência de prova concreta da mercancia, concretizando-se o ilícito penal com o ato de o apelante trazer consigo substância entorpecente em seu poder.

Ademais, além de eventual vício em drogas por si só não inibir a prática do crime de tráfico, a defesa sequer produz qualquer prova no sentido de que o apelante seria de fato usuário de drogas, tendo as testemunhas por ela arroladas se limitado a relatar acerca da conduta do réu.

Dessa forma impõe-se a manutenção do decreto condenatório, rechaçando-se o pleito de desclassificação da traficância para uso próprio.

No que tange ao pedido de redução da pena aplicada, assiste parcial razão ao apelante.

Verifico que o juiz sentenciante utilizou-se de ação penal ainda em curso para aumentar a pena-base imputada ao apelante, contrariando o disposto na Súmula nº 444, do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

Com efeito, em homenagem ao princípio da presunção de inocência, o referido verbete veda a utilização de quaisquer elementos que não configurem sentenças condenatórias transitadas em julgado para elevar o *quantum* de pena aplicado ao réu, sejam tais elementos valorados como maus antecedentes, personalidade voltada para o crime ou como qualquer outra circunstância judicial.

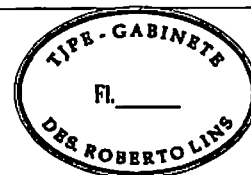
Quanto às demais circunstâncias judiciais, previstas no art. 59 do Código Penal, verifica-se que foram valoradas de maneira genérica, utilizando-se o juiz sentenciante de ilações abstratas, sem qualquer fundamentação baseada em circunstâncias concretas dos autos e valendo-se de elementos próprios do tipo penal para exasperar a pena-base.

Sendo assim, nenhuma circunstância judicial prevista no art. 59 do Código Penal milita em desfavor do apelante. Entretanto, conforme dicção do art. 42 da Lei 11.343/06, o magistrado deve, ainda nesta fase, preponderar a quantidade da droga apreendida, bem como a sua natureza, qual seja, 07 (sete) papalotes de maconha. Entendo razoável, portanto, o aumento da pena em 06 (seis) meses acima do mínimo legal, totalizando, a título de pena-base, 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa.

Verifico, *ex officio*, que a atenuante prevista no art. 65, I, do Código Penal, qual seja, a menoridade relativa, deve ser aplicada no presente caso. Constato que, conforme a denúncia e o auto de prisão em flagrante, o apelante nasceu em 03/07/1992, de modo que, em 07/06/2012, data dos fatos, contava



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



287

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0320382-9 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

com 19 (dezenove) anos de idade, fazendo jus, portanto, à incidência da atenuante em comento.

Destarte, reduzo a pena ao mínimo legal cominado à espécie, uma vez que, nos termos da Súmula 231 do STJ, *“a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”*.

Logo, a reprimenda se concretiza no patamar de 05 (cinco) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, à míngua de outras circunstâncias aptas a alterá-la.

Na terceira fase do processo dosimétrico, verifico que o apelante faz jus à causa especial de diminuição de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei de Tóxicos.

Embora o dispositivo legal em referência não enumere os critérios a serem observados na estipulação do *quantum* a ser aplicado, sabe-se que o art. 42 da referida lei dispõe que, na fixação das sanções, o magistrado *“considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do código penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente”*. Desse modo, entendo que tal regra também deverá nortear a redução da pena pela incidência da minorante, razão pela qual reduzo a sua pena em 1/2, tornando-a definitiva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, cumulada ao pagamento de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa.

Por fim, em respeito ao princípio constitucional da individualização da pena (art. 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal), e na esteira dos precedentes fixados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, substituo a pena privativa de liberdade ora fixada por duas restritivas de direitos, consoante o art. 44, §2º, do CP, que devem ser fixadas pelo Juízo das Execuções Penais.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO** para reduzir a pena aplicada ao apelante para 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, cumulada ao pagamento de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa. Ao final, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, que devem ser fixadas pelo Juízo das Execuções Penais.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL : 04.06.14
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 320.382-9 : JABOATÃO DOS GUARARAPES
APELANTE : LEANDRO JOSÉ DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO
REVISOR : DESEMBARGADOR JOAQUIM LAFAYETTE

O RELATÓRIO SE ENCONTRA ÀS FLS. 259/260 DOS AUTOS.

O VOTO DO RELATOR SE ENCONTRA ÀS FLS. 275/278 DOS AUTOS.

O VOTO DO REVISOR SE ENCONTRA ÀS FLS. 279/281 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JOAQUIM LAFAYETTE (REVISOR)

Sr. Presidente, há somente uma pequena diferença. Se nós entendermos que ele é merecedor de uma reforma para beneficiá-lo, questão de meses... Eu acompanho para dar parcial provimento ao Apelo e acompanho, no voto definitivo, a pena de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE, FOI DADO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
